


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001252-67.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Guarda**
 Requerente: **Antonio Carlos Ginio e outro**
 Requerido: **Maicon Henrique Ginio e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

ANTONIO CLÁUDIO GINIO e CLAUDINEIA LEAL GINIO movem ação de modificação de guarda em face de MAICON HENRIQUE GINIO e de CAROLAINÉ CAMARGO CHAGAS referente à criança Michael Camargo Ginio. Afirmam que são avós paternos do infante, a quem dispensaram todos os cuidados necessários desde o nascimento, uma vez que os genitores, ora requeridos, não dispõem das condições necessárias para educá-lo.

Deferida parcialmente a liminar, impedindo a retirada abrupta de Michael da residência dos autores (fls. 57).

Contestação às fls. 67/73, na qual os requeridos infirmaram a argumentação inicial, postulando a improcedência.

Relatórios sociais a fls. 107/117 e 195/201 e 209/210.

Informaram os requeridos a aquiescência com a concessão da guarda aos autores (fls. 216/217).

Laudo psicológico a fls. 219/227.

Manifestação do Ministério Público pela procedência (fls. 242/244).

É o relatório.
DECIDO.

A medida que atende ao melhor interesse da criança é a manutenção da atual situação do fato, permanecendo Michael sob os cuidados dos avós paternos, ora requerentes.

Verifica-se, a partir dos estudos empreendidos pelo Setor Técnico do Juízo que os autores dispensam bons cuidados aos netos, que está adaptado ao lar.

Considerando a intenção dos genitores de que a guarda seja deferida aos requerentes, impõe-se a procedência da ação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, concedendo a guarda da criança M.C.G. aos autores e fixando regime livre de visitas. Lavre-se termo. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, uma vez que os requeridos são beneficiários da assistência judiciária gratuita.

Arbitro o valor dos honorários dos Advogados nomeados no valor máximo previsto na tabela do convênio. Expeça-se certidão.

P.R.I.

Ibaté, 06 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**